

Os movimentos sociais do campo e seus grandes líderes de 1945 a 1964

Gleyson Assis*

Na formação de uma liderança, é imprescindível levar em conta o contexto social em que os indivíduos se acham inseridos, a fim de promover uma análise mais abrangente dos fatores formadores de um líder. Deste modo, faz-se necessário um breve panorama histórico da época em que viveram.

Com o fim do Estado Novo, 1937 a 1945, e com a Constituição de 1946, o Brasil viveu ares democráticos, onde os indivíduos gozavam de liberdade de manifestação, de organização, de associação, de defesa, de direito de trabalho e de escolha de seus representantes; era a garantia institucional assegurada pela democracia. Essas eram as expectativas dos homens que viveram esse cenário de democracia brasileira, que é um processo, e naqueles tempos enfrentava o ranço elitista proveniente da política dos bacharéis e as marcas da constituição de um mundo bipolar, na chamada Guerra Fria.

A constituição de 1946 garantiu alguns direitos requeridos, mas proporcionou duas vertentes de discussão sobre a grande participação do povo nessa democracia.

Uns rejubilavam-se, pois não havia precedentes na história política brasileira, pelo tamanho, em termos proporcionais e absolutos, daquele colégio eleitoral – 17% (7,5 milhões) da população comparada aos 5% (1,8 milhão) de eleitores nas eleições presidenciais de 1930. Outros se atemorizavam com o ineditismo da participação popular, o ‘povo’, ‘massa amorfa e desorganizada’ que, invariavelmente votava nos “políticos demagogos e manipuladores”. (REZNIK, 2004:18).

Para além dessa dicotomia em relação à participação do povo, existia uma vinculação de qualidades específicas do sistema democrático, através de intolerância ou de violência, que era algo marcante na história do Brasil, mesmo que pareça contraditório com um regime democrático.

A situação é inédita no país. Mesmo sob todo cerceamento policial e legal durante o governo Dutra, nunca, até então, tantas associações haviam sido criadas, com um contingente populacional expressivo se manifestado abertamente. Com todos os percalços da democratização pós-45, ela criou as possibilidades legais e emocionais para uma nova cultura cívica, que valorizasse a participação, a associação, e a expressão das insatisfações. (Idem, 2004:79)

* Mestrando de História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) / Faculdade de Formação de Professores (FFP).

Essas características estavam relacionadas diretamente como o momento histórico mundial, já que, a partir de 1945, pós II Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois blocos, de um lado o bloco ocidental capitalista e do outro bloco oriental socialista.

Nesse ambiente “democrático-autoritário”, nem todos conseguiram exercer sua cidadania, porque uma grande parcela da sociedade ficava excluída por ser analfabeta; isso incapacitava o direito de votar e outros direitos. Outros tinham suas liberdades cerceadas pela intolerância política vigente, já que não admitiam as divergências ideológicas de indivíduos ou grupos. Com esse intuito foi organizada a Polícia Política ¹, objetivada pelas várias leis de Segurança Nacional.

A participação do Brasil na Segunda Grande Guerra (1939-1945) e seu envolvimento em conferências internacionais criaram no país uma enorme discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países considerados de 3º mundo ou atrasados. Essa discussão perpassava tanto o bloco socialista quanto o bloco capitalista. Desta maneira, a Reforma Agrária passou a ser considerada uma das soluções do desenvolvimento econômico em várias perspectivas, já que surgiram vários projetos, de desenvolvimento liberal (capitalista) e de desenvolvimento social (socialista). Portanto, a bandeira pela Reforma Agrária estava imbuída na dinâmica da *Guerra Fria*, que dividia o mundo entre Ocidente e o Oriente.

Diante desse cenário de discussão sobre a importância da Reforma Agrária Brasileira, tanto em termos de direitos sociais como em forma de desenvolvimento econômico, surgiram várias iniciativas de mobilizações das massas camponesas no Brasil, que tinham como liderança o Partido Comunista do Brasil (PCB), que se destacou nas organizações das lutas no interior do país, principalmente, no tempo de sua legalidade, entre 1945 a 1947. Deste modo, os comunistas reuniram milhares e milhares de camponeses em torno de várias Ligas espalhadas pelo território nacional.

Após a proscrição do Partido Comunista e do fim das primeiras Ligas Camponesas, em 1947, reduziram-se as organizações de trabalhadores rurais no Brasil, já que foram difíceis as condições do PCB agora na clandestinidade. Com isso, o PCB centrou suas forças nos grupos urbanos, que tinham menos se desarticulado com a proscrição. Nesse novo contexto, principalmente, entre 1948 a 1954, muitos grupos, sobretudo os camponeses, tiveram que “caminhar sozinhos”. Esses movimentos de “independências ideológicas” do

¹ “Polícia Política é uma especialização das atividades da polícia para prevenção -visando ao conhecimento, à classificação e ao controle- e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que podem exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente. Responsável pela defesa do Estado e do regime, funciona nos limites de tolerância permitidos pela agenda formulada para a segurança nacional.” *In* (REZNIK, 2004: 24)

campesinato não foram algo que se proliferou pelo país e, sim, algo de impactos significantes, esporádicos e em lugares distantes.

Para elucidar essa nova conjuntura no campo, podem-se destacar quatro importantes acontecimentos que marcaram a ação dos camponeses dessa época, são eles: o território livre de Trombas e Formoso; a Guerrilha de Porecatu; a Revolta de Dona Noca e o primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas.

A Revolta de Trombas e Formoso, ocorrida em Goiás, teve repercussão de 1948 até 1964, e foi um conflito entre fazendeiros e camponeses em Goiás.

“Em 1948, com a estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu se valorizam. Esta estrada iria fazer parte da futura Rodovia Belém–Brasília, iniciada a construção da capital em 1956. No ano seguinte da chegada da estrada a Uruaçu, os camponeses originários do Maranhão e do Piauí, mas que viviam em Pedro Afonso, no norte de Goiás, também chegaram à região, em grupo, liderado por José Porfírio, e ali formaram posses numa área de terras devolutas.” (MARTINS, 1990: 71 e 72.)

José Porfírio liderou o confronto da revolta contra os fazendeiros, que venceram a primeira batalha e começaram, em 1952, um processo de grilagem das terras. Mas os camponeses resistiram e como consequência a mulher e o filho, recém – nascido de Porfírio são arrancados de sua casa, para que ela fosse queimada, do que resultou a morte da mulher dias depois.

Apesar da ação da Polícia Política, o conflito de Trombas e Formoso teve uma enorme repercussão para a história da luta camponesa, pelo grau de enfrentamento e pela forma truculenta da ação da polícia. Desta maneira, Trombas e Formoso constituiu território *livre* com governo próprio, facilitando, posteriormente, a criação do Município de Formoso com José Porfírio como deputado Estadual.

Todavia, esta liberdade durou até o golpe de 1964, “tendo os líderes fugidos e presos, e em 1970 torturados. José Porfírio foi preso em 1972, no Maranhão, durante combate na Guerrilha do Araguaia. Solto em 1973, desapareceu, havendo suspeita de seqüestro e assassinato.” (MARTINS, 1990: 73)

Já a Guerrilha de Porecatu iniciou-se em 1950, na margem esquerda do Rio Paranapanema, que dividia os Estados de São Paulo e Paraná. O conflito começa em Porecatu, com combates sangrentos entre posseiros e latifundiários, no norte do Paraná.

Em 1950, o levante armado de Porecatu, liderado por Jacinto, um artesão rural e imigrante nordestino, organizou um forte movimento de apoio aos guerrilheiros que estavam em conflito do outro lado do Rio Paranapanema. O movimento estava sendo abastecido com

alimentos, armas e munições, por antigos núcleos do Partido Comunista, no Paraná (em Londrina e Apucarana) e em São Paulo (em Assis e Presidente Bernardes). A guerrilha teve, como uma das lideranças, o camponês José Billar.

Em junho, havia ainda de 300 a 400 camponeses armados, emboscados nas matas, de onde saíam apenas para atacar. Foram desarmados por uma força policial de 250 homens, mas apesar disso o movimento teve no seu momento de dissolução a ingerência do comitê regional do Partido Comunista, que constatou que não havia mais condições para a permanência do movimento armado. As lutas prosseguiram, com muitos mortos e feridos, até janeiro de 1951, quando assumiu no Paraná um novo Governador disposto a resolver o problema.

A Revolta de Dona Noca inicia-se em 1951, no interior do Maranhão e foi uma revolta distinta do movimento que estava ocorrendo na mesma época na capital do Estado, São Luís, que tinha como liderança o jornalista Neiva Moreira e a comunista Dra. Maria Aragão. A revolta tinha como liderança a prefeita do município de São João dos Pastos, Joana da Rocha Santos, de apelido Dona Noca, que lutou ao lado dos operários, dos camponeses e estudantes contra a posse do governador eleito, Eugênio de Barros. Dona Noca viajou ao Recife, onde comprou armas e munições e as conduziu pessoalmente para o interior do Estado do Maranhão.

Desta forma, organizou-se ali uma milícia de centenas de camponeses e nomearam um estudante de direito o comando da revolta, com o título de “General Bastos”. Em pouco tempo, a milícia camponesa conquistou várias cidades, como: Pastos Bons, Miradouro, Passagem Franca e, depois do assalto ao povoado de Mangas (às margens do Rio Parnaíba), ameaçaram ocupar o Piauí. (MORAIS, 2002:16)

No entanto, depois de trinta dias de revolta entre as cidades de Barão de Grajaú e São João dos Pastos, no Morro do Mutum, a revolta de Dona Noca foi derrotada por forças policiais.

O primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas realizou-se em agosto de 1954, com a coordenação do Partido Comunista de Pernambuco, na cidade de Limoeira, tendo como uma das Lideranças o operário Pedro Renaux Leite. O Congresso foi um dos esforços das organizações camponesas, que estavam fora da legalidade, na busca de se institucionalizarem legalmente. Apesar do enorme número de camponeses, a polícia política acabou violentamente com o congresso.

No apoio aos trabalhadores do Congresso, que foram fortemente reprimidos, o sindicato rural de Goiana (PE), apesar de não ter a mesma linha de pensamento dos

congressistas, ocupou a cidade de Limoeira com milhares de trabalhadores agrícolas “armados” de foices, facões e enxadas, em prol dos seus companheiros rurais, tendo como liderança o camponês João Tomás e o bancário José Raimundo da Silva, ambos do PCB. O grupo expulsou da cidade as autoridades policiais, mas essa vitória durou pouco: a polícia retornou e acabou com o movimento.

Portanto, pode-se perceber que o período de 1948 a 1954 foi uma fase marcada como gênese dos movimentos sociais do campo, ainda que de maneira um pouco isolada, ou seja, sem aquelas profundas ligações e articulações que irão marcar as características das Ligas Camponesas de Francisco Julião e a ULTAB e Contag de Lyndolpho Silva, no período posterior, de 1955 a 1964.

As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais (meeiros, foreiros, arrendatários e pequenos proprietários), que tiveram fortes atuações no período de 1955 até o fim do governo de João Goulart, em 1964. O movimento começou com a organização, no dia 1º de janeiro de 1955, da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Realizado por 140 famílias de foreiros que viviam em uma área de quinhentos hectares de terras do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão – entre a região do agreste com a zona da mata de Pernambuco - esse engenho não estava mais exercendo suas atividades açucareiras.

Depois da criação das Ligas, o filho do dono do Engenho da Galiléia se sentiu ameaçado por causa da organização do grupo e abriu mão do aumento do foro e passou a ameaçar os trabalhadores para uma possível expulsão. Com isso, os trabalhadores rurais, para se defender na Justiça, procuraram um advogado de Recife chamado Francisco Julião Arruda de Paula. Ele teve sua vida acompanhada pelas autoridades, como mostra esse documento da Polícia Política:

*Francisco Julião nasceu em 16-02-1915, em Bom Jardim, no Estado de Pernambuco, de família de grandes latifundiários. Aos 13 anos, matriculou-se no Instituto Carneiro Leão, depois se matriculou na faculdade de Direito de Recife, de onde se bacharelou em 1939.*²

Julião se destacou por ter produzido uma original declaração de princípio em prol dos trabalhadores rurais, em 1945, que era a “Carta aos foreiros de Pernambuco.”

Francisco Julião aceitou defendê-los e o processo prosseguiu até 1959, quando o Governador Cid Sampaio mandou para a Assembléia uma proposta de desapropriação do Engenho baseado no projeto do deputado Carlos Luís de Andrade (Partido Socialista), que

² Documento do Departamento Estadual de Segurança Pública, intitulado *Roteiro das atividades subversivas do Deputado Francisco Julião e de suas Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro de 1963. O documento se encontra nos arquivos do APERJ pelas seguintes referências: Notação: 1585; Título: Movimento Camponês (Ligas); Número original: 13231; Período: 1951-1965; Folhas: 020-024.

determinava a expropriação do Engenho da Galiléia. Esse ato levou a notoriedade dos trabalhadores nas terras do Engenho da Galiléia.

A partir dessa vitória, Francisco Julião tornou-se a principal liderança nacional dentro das Ligas Camponesas; sua atuação se espalhou pelo Brasil e pelo mundo. Em um momento em que o mundo, depois da Revolução Cubana (1959), se alertava para o “perigo” de surgirem outros focos revolucionários análogos, surgem no Nordeste brasileiro várias mobilizações rurais associadas e inspiradas nas Ligas. Esse temor chamou atenção da opinião pública norte-americana e da polícia política brasileira para o Nordeste do Brasil, já que era uma das mais extensas áreas de pobreza do ocidente.

Um grupo que se destacou na luta contra essa miséria alarmante do nordeste brasileiro foram as Ligas Camponesas. Elas foram

como um grito de alerta e de protesto que atraiu para Pernambuco a atenção do mundo e para seus núcleos mais expressivos visitas ilustres, como Robert Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., Sargent Shriver, Jean-Paul Sartre e Iuri Gagarin, entre outros. A televisão e a imprensa, em diversos países do mundo, transformaram Julião e as Ligas em símbolos do Terceiro Mundo emergente. Nessa época, as aproximações de Julião com Cuba foram notórias, especialmente após viagem que realizou àquele país em 1960, acompanhando Jânio Quadros, e em 1961, seguido por uma centena de militantes. (CAMARGO, Tomo III: 3122-3124)

As Ligas Camponesas surgiram em uma conjuntura de democratização brasileira onde liberalização política e o desenvolvimentismo eram lemas nacionais. Deste modo, projetavam suas reivindicações por Reforma Agrária pelo país. Apesar desse clima democrático, que se fazia presente, nas manifestações camponesas, elas estavam sendo monitoradas passo-a-passo pela polícia política. Esse cerceamento de liberdade ficou mais acentuado a partir de 1964, após o golpe dos militares onde a *democracia* deixou de se fazer presente no cenário brasileiro e as ligas foram duramente reprimidas, mas os sindicatos continuaram existindo, no entanto, sob a tutela do Governo Militar.

Por outro lado, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB – foi uma organização criada em 1954 pelos trabalhadores agrícolas e com ajuda dos comunistas do PCB e tinha como objetivo organizar os trabalhadores rurais do Brasil. Essa ligação do PCB e a ULTAB surgiu num contexto de mobilização nacional dos trabalhadores em favor do aumento do salário mínimo, principalmente, dos trabalhadores agrícolas de São Paulo e do Paraná.

A ULTAB se destacava como um dos principais setores dos movimentos ligados ao campo, vinculado ao PCB, e suas propostas para resolver o problema agrário estavam de acordo com a proposição governamental.

O maior movimento da ULTAB, que teve repercussão nacional, ocorreu entre 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, e foi denominado I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. O próprio Presidente João Goulart esteve presente no Congresso, junto com vários ministros, parlamentares e o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Os principais líderes fundadores do movimento que tiveram renomes nacionais foram: Jofre Correia (em São Paulo), José Porfírio (em Goiás), o Jornalista Nestor Vera e, principalmente, Lyndolpho Silva, que era:

Militante comunista desde 1946, quando se filiou ao PCB. Inicialmente, militou na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido secretário do Comitê Distrital de seu partido naquela região. Sua experiência política no campo começa em 1952, com o trabalho entre os posseiros da região de Campo Grande, Santíssimo e Senador Camará, dentro da área sob responsabilidade daquele Comitê. Na II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1954, é eleito 1º Secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), entidade que passará a presidir em 1959. Em dezembro de 1963 deixa a presidência da ULTAB para presidir a recém criada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). (SANCHES, 2000: 09)

Devido à sua postura e suas lideranças, em 1963, a ULTAB conseguiu que o Ministério do Trabalho aprovasse o Estatuto do trabalhador Rural, que veio regulamentar o trabalho no campo. Em fevereiro de 1964, Nestor Vera, um dos principais líderes da ULTAB, foi eleito para a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Todavia, após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, o movimento foi fortemente reprimido.

A partir desses fatores contextuais, percebe-se também que a história dos agentes de mediação e dessas entidades, bem como do movimento camponês no período 1945-1964, ocorre paralelamente e confunde-se forçosamente com a biografia política de várias lideranças e das organizações políticas às quais estavam ligadas.

Enfim, conclui-se que, nesse período peculiar brasileiro, os movimentos sociais do campo obtiveram suas transformações em sujeitos históricos nas elaborações de suas diferentes identidades e na afirmação de direitos instituídos ou não.

Referências bibliográficas:

ASSIS, N. ASSIS. **Os Movimentos Sociais do Campo e a Polícia Política no contexto democrático de 1945 a 1964**. Monografia. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2005.

CARMARGO, Aspásia de A. *A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)* In: FAUSTO, Boris. **HGCB – História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política**. Tomo III, 3º Vol. Bertrand Brasil.

CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.). **O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva**. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4)

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. Editora Loyola, 1990.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminho e Descaminho dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1991. 3º Edição.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As Lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4 ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 1990.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Editora Fase, 1989.

MINC, Carlos. **A Reconquista da terra: Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução* In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAIS, Clodomir dos Santos. *A História das Ligas Camponesas do Brasil*. In: STEDITE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional** – A Polícia Política no pós II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SANCHES, Luiz Elias. **Lyndolpho Silva**: biografia de uma militância. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, 2000.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Perfil Parlamentar Século XX. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.